

Rumo perigoso

CORREIO BRAZILIENSE

Gilberto Pauletti — 6 FEV 1995

Ouvidos alguns de seus representantes, parece que a classe empresarial não espera muitas novidades do recém-empossado Congresso. Essas mesmas vozes dizem que não houve a renovação necessária para gerar grande expectativa de mudanças.

Os 227 novos parlamentares — salvo um engano qualquer — não significam, dentro do mesmo raciocínio, as mudanças desejadas porque os cargos estratégicos e as lideranças estão nas mãos de experientes políticos que já mostraram em legislações anteriores como pensam e agem no Congresso.

A esta altura, as casas legislativas não gozam de muito prestígio junto à sociedade. São consideradas pelos liberais como corporativistas ou liberais pelos corporativistas.

Uma pesquisa ontem publicada pelo **Correio Brasileiro** revelou, entre outras coisas, que 70% dos parlamentares são a favor da desconstitucionalização, um termo, aliás, que está virando moda.

Em volta dela teremos uma briga. A proposta do governo para a reforma constitucional, conforme comentários ainda tímidos, está tomando rumo perigoso.

O chamado núcleo da constituição, onde se colocariam os princípios básicos da Carta, tenderia a abrigar muito mais do que isso.

Renúncias fiscais e mais algumas defesas da elite estariam sendo ali introduzidas, enquanto aqueles direitos e garantias de trabalhadores hoje considerados entraves para o desenvolvimento do país cairiam fora.

Em outras palavras, a desconstitucionalização estaria valendo só para um lado. Isto sugere que está em

curso um processo exatamente inverso àquele que pontificou os trabalhos em torno da Constituição de 1988.

Obedecendo, parece, a conhecida lei física que diz: “Toda a ação gera uma reação igual e contrária”. Desta vez, com a preocupação de livrar a Carta de tantos detalhes, próprios das leis ordinárias, o governo corta demais e acaba por privilegiar alguns.

Têm futuro essas propostas? A julgar o corporativismo do qual é acusado o “novo” Congresso, conforme óptica dos liberais, dificilmente terá sucesso o Executivo com suas propostas de mudança.

Até porque os sindicatos, geralmente reunidos em torno de teses com fortes componentes corporativistas — agora com mais uma bandeira, a da defesa de estabilidade para o funcionalismo público —, vão vigiar de perto o Parlamento.

Ainda mais, quando se esclarecer essa tendência do governo em se inclinar por uma linha excessivamente liberal.

Outro problema, citado também por alguns representantes do setor empresarial, é o esgotamento do Plano Real.

Dizem eles que, se o governo não processar, com extrema rapidez, as reformas na economia que se seguem ao plano já conhecido, corre-se o perigo de anular todo o esforço até agora empreendido pela estabilidade econômica.

E perder o governo mais ainda a confiança que até agora conseguiu manter, mesmo com alguns abalos — provocados pela anistia do senador Humberto Lucena e a resistência ao aumento do salário mínimo.